

TUMIRITINGA

Vale do Rio Doce

**Assentamento Primeiro de
Junho: uma parte da história da
luta pela terra em Minas Gerais**



1º de Junho 2008
Publicação comemorativa dos 15 anos



**Universidade Federal de Viçosa
Escola Estadual Primeiro de Junho**

France Maria Gontijo Coelho (org.)

Maria Medeiros dos Reis

Armando Vieira Miranda

Priscila Gregório Caon

Maria Izabel Vieira Botelho

Lourdes Helena Silva de Paiva

Etelvino Rocha Araújo



Este material contou com o apoio do CNPq via
Programa CT-AGRO/MCT/MDA
de 2005 a 2007

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

A845
[2007]

Assentamento Primeiro de Junho : uma parte da
história da luta pela terra em Minas Gerais / France
Maria Gontijo Coelho ... [et al.] organizadores.
– Viçosa, MG, [2007].
38p. ; 22cm.

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos humanos.
3. Movimentos sociais - Minas Gerais. 4. Movimento
dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. I. Coelho, France
Maria Gontijo.

CDD 22.ed. 333.318151

SUMÁRIO

Prefácio	5
Apresentação	10
A vida antes das ocupações	11
Histórico do MST/MG	13
A ocupação da Fazenda Califórnia	24
A organização da produção	26
A ASCA	27
Histórico da COOPERNOVA	28
Histórico da APIFIC	32
Grupo de mulheres ARTE VIVA	33
Uma nova organicidade no MST	33
História da Educação no Assentamento	34

Quem sentou na varanda
e olhou para a tarde,
certamente se lembra.

Quem saiu pela porta
e seguiu o caminho
vislumbrou, certamente,
o novo horizonte.

Os caminhos se abrem
com o cheiro dos sonhos e
se tornam realidade...

Zé Pinto

(Poeta do Setor de Cultura, do MST)

Prefácio

Alguns trechos deste livro foram elaborados em 2004, pelo grupo de estudantes da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Primeiro de Junho. Essa foi uma atividade que aconteceu dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e contou com o apoio de uma estudante da UFV, a bolsista Priscila Gregório Caon, e da Professora Lurdes Helena, do Departamento de Educação. A bolsista digitou os textos originais escritos pela turma do EJA.

Junto a esse esboço, que marca o texto com o estilo próprio de uma narrativa de carne e osso, foram organizados dados de uma longa pesquisa em história oral realizada com vários moradores do assentamento.

Assim, este livro surgiu do interesse conjunto, Universidade e assentados, razão pela qual tenho convicção de que ele seja **uma** versão da história do 1º de Junho, dentre outras que futuramente poderão surgir. A intenção foi registrar as experiências vividas por esses companheiros, que lutam desde 1986. O lançamento desta publicação no ano de 2008 veio para comemorar o aniversário de 15 anos de assentamento.

Com certeza, essa caminhada não se encerra em definitivo. O processo constante de organização social dos mais diversos grupos existentes no assentamento motiva releituras do passado e redefinições de seu

futuro. Não se tem, aqui, qualquer expectativa de fixar esse movimento salutar das mudanças, mas lembrar o vivido, que pode ser apagado da memória e fazer com que as práticas percam o sentido ou o rumo.

A memória é viva, pois todas as lembranças são constantemente recontadas e reinterpretadas pelo que vivemos no presente. A história construída não pode pretender congelar essa dinâmica viva da reflexão comunitária. Por isso, espero que esse livrinho possa ajudar nas reflexões e, talvez, no não-esquecimento dos laços de coesão, princípios e afinidades que tornaram possível a construção do 1º de Junho. Essa história de vidas contra a morte não se fez por meros indivíduos, mas por individualidades e pessoas que um dia resolveram dar um rumo diferente em suas vidas.

Como todo espaço social, num assentamento as diferenças e distensões fazem parte do cotidiano. Por isso, preocupou-se, aqui, em registrar as perspectivas dos grupos. Com certeza, não agradarei a todos, mesmo que tenha buscado ser o mais fiel possível aos depoimentos e textos que nos foram entregues ou que foram conosco elaborados.

Acredito que este texto poderá ajudar, ainda, aqueles que não tiveram a oportunidade de vivenciar e se informar sobre as causas da luta pela terra no Brasil. A trajetória que será relatada é de um grupo de Sem -Terra de Minas Gerais, pioneiro desse movimento no Estado. Mesmo que se possa perceber em outros assentamentos do Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem-Terra (MST) que algumas expectativas e formas de organização sejam bem diferentes, aqui se poderá entender melhor o porquê e de onde surgiram várias bandeiras de luta ou palavras de ordem desse movimento social.

Como professora, acompanhei, desde 1999, estudantes da UFV em projetos de extensão universitária no Primeiro de Junho. Assim, tive o privilégio de aprender como era, de fato, a luta pela reforma agrária e descobrir qual seria o papel da Universidade nesse processo. Hoje, posso dizer que a Universidade é incapaz de resolver, isoladamente, muitos dos problemas vividos e percebidos como relevantes por esses agricultores. Temos de mudar nossas concepções, procedimentos e métodos. Dificilmente iremos descobrir sozinhos alternativas técnicas, ambientais ou sociais que possam ser socializadas e acessíveis a esses agricultores e que recuperem e faça produzir os ex-latifúndios monocultores exauridos, pois essas terras são a maior parte, dentre as que são postas para reforma agrária.

Desejo afirmar o quanto admiro os moradores do assentamento Primeiro de Junho em sua grandeza, coragem, simplicidade, sabedoria, seriedade e profunda sinceridade. Essas são características que, se perdidas nas lutas, farão com que o movimento perca o respeito social e o reconhecimento da legitimidade que tem conquistado a cada dia.

Continuamente vemos como é tortuoso o caminho da reforma agrária. As lutas dos moradores desse emblemático assentamento ficam aqui registradas, pois são exemplo de persistência, fraternidade e clareza de propósitos. Em razão da trajetória de lutas históricas, esses agricultores mantêm uma coesão identitária que apaixona os que conseguem vê-la ou queiram compreendê-la. Essa identidade é construída e reconstruída num processo de contínuas mudanças e disputas internas - normais entre pessoas que pensam e que debatem o que fazem e pensam. Essa história foi motivada pela certa expectativa de que era necessário fazer alguma coisa diferente do que estava reservado a essas famílias em nossa sociedade.

Aproveito essa oportunidade para agradecer a disposição e a boa vontade dos Sem-Terra do Primeiro de Junho que sempre nos receberam com carinho, ensinando-nos a ver os problemas da reforma agrária no Brasil como desafios, e não como coisas insolúveis. Assim foi que pude visualizar como seria possível, mesmo que difícil, uma Universidade com compromisso popular em nosso País.

Organizar e escrever este livro tornou-se um enorme prazer, depois de acompanhar a vida no assentamento por quase dez anos, ouvindo muitas histórias de vida, vendo como os jovens, homens e mulheres se organizavam, e podendo participar de debates inesquecíveis.

Por isso, entendo essa obra como resultado de uma pesquisa partilhada, que reuniu trabalhos dos estudantes da escola do assentamento com o trabalho de sistematização de estudantes da Universidade, além do esforço elaborativo dos professores desses dois ricos mundos escolares.

A tarefa ainda não terminou. Como muitos sabem, só numa outra estrutura ou sociedade, com outros homens e outras mulheres, mais fraternos e solidários, é que se completará o tempo da transformação que conseguimos visualizar hoje. Nesse momento, terá início outro tempo e outros desejos. Só os que lá estiverem, saberão dizer o sentido das práticas e que desafios devem ser superados.

Essa consciência da história e dos limites do tempo exige de quem tem acesso a uma análise crítica, muita autocrítica. Fica pra mim uma questão: Como chegar numa outra sociedade levando o cotidiano com as demandas concretas do dia-a-dia?

Parabéns, companheiros, pelos 15 anos de conquista da terra!

France Maria Gontijo Coelho
Viçosa - Dezembro de 2007

APRESENTAÇÃO

Neste livro está parte dos frutos dos trabalhos feitos pelos educandos da 5ª série da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Primeiro de Junho, em 2004.

Com o resgate de nossa história, ao trabalhar a cooperação, a coragem e a solidariedade, essa prática vem impulsionando o nosso caminhar desde a ocupação de Aruega, em 1988.

A história do Assentamento Primeiro de Junho é a continuidade da luta pela terra no estado de Minas Gerais, que teve início em 1986, quando começaram, em várias cidades do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, os trabalhos de organização dos trabalhadores Sem-Terra. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBES) e de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), demos nossos primeiros passos.

Ao chegarmos no Vale do Rio Doce, em 1993, viemos trazer a esperança para muitos que sonhavam e sonham em conquistar um pedaço de chão.

Com esse livrinho, esperamos contribuir para que outras pessoas possam conhecer a nossa verdadeira história e nosso jeito de fazer a luta.

Assentamento Primeiro de Junho, 29/05/2004.

Turma do EJA

A vida antes das ocupações

Vimos de vários municípios do Nordeste mineiro, como Águas Formosas, Poté, Padre Paraíso, Pavão, Itaipé, Novo Cruzeiro, Ouro Verde, Frei Gonzaga, Belo Oriente, Joáima, Ladainha, Frei Gaspar, Coroaci, Frei Inocência, etc.

Vivíamos em fazendas, trabalhando como empregados ou com os pais em pequenos lotes de terra, fazendo de tudo: cuidando do gado, preparando a terra para o plantio, plantando, limpando e colhendo. No final da colheita, a menor parte ficava para nós, que trabalhávamos, e a maior parte ia para o patrão, dono da terra.

Algumas famílias viviam na cidade, no meio da corrupção e exploração de comerciantes e gatos que contratam pessoas para trabalhar no corte de cana em São Paulo, na colheita de café no Espírito Santo. Essas famílias, que, muitas vezes, trabalhavam como diaristas, tinham de pagar luz e água, aluguel, alimentação e tinham dificuldades para levar seus filhos à escola.

Nós estávamos cansados daquela vida e começamos a nos organizar nas comunidades e a fazer reuniões para discutir saídas para nossa situação.

Foi, aí, que apareceram pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, depois, ao Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Assim, começamos a trabalhar e a organizar nossas famílias para ir à luta e conseguir o nosso pedaço de chão.

Quem estava disposto a lutar pela terra era cadastrado no Sindicato. Contudo, para ir para terra, essa pessoa só era avisada algumas horas antes das ocupações, porque as informações não podiam vazarem.

A primeira ocupação da qual participamos ocorreu em 12 de fevereiro de 1988 na Fazenda Aruega, município de Novo Cruzeiro. Na época, éramos mais de 300 famílias e recebemos muito apoio, mas tivemos de ter muita força para resistir às ameaças de despejo, que surgiam a todo o momento, desde os primeiros dias da ocupação. Chegamos lá na semana de Carnaval.

História do MST em Minas Gerais

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Minas Gerais nasceu em **1985**, no município de Poté, região do Vale do Mucuri, depois que duas pessoas participaram do Primeiro Congresso Nacional do MST realizado em Curitiba/PR, em janeiro do mesmo ano. Esse trabalho foi antecedido pela experiência de muitos, principalmente jovens, nas CEBES e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Em Poté, teve início a organização dos primeiros grupos de trabalhadores Sem-Terra do estado, cujos

passos determinantes foram a realização da Primeira Assembléia Municipal de Trabalhadores Sem-Terra e a formação da Primeira Coordenação do MST, que expandiram o processo de articulação e organização para outros municípios da região.

A CPT, coordenada pelo padre Jerônimo, detectou a necessidade de organizar os trabalhadores rurais sem-terra que representavam vários municípios no Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Depois de várias reuniões, esses membros da CPT sentiram necessidade de ajudar esses trabalhadores. Então, convidaram algumas lideranças para discutir a implantação do Movimento Sem-Terra de Minas Gerais.

Esses primeiros encaminhamentos foram dados, em Poté, pelo padre Jerônimo e por Armando, Francina, José de Poté, Adilson, Gilson, Tião Peixinho, Marlene, Juca do Rio Grande do Sul, Valdomiro, José Miranda e Antônio Coisinha.

A partir de várias reuniões, decidimos expandir o trabalho de mobilização para várias regiões e cidades como Ladainha, Novo Cruzeiro, Pavão, Águas Formosas, Ouro Verde, Belo Oriente(hoje Novo Oriente), Frei Gonzaga, Itaipé, Frei Gaspar e Teófilo Otoni. Nas comunidades rurais dessas cidades foram formados núcleos de Sem-Terra, que recebiam apoio de pessoas das cidades, de lideranças da Igreja [Católica] e de sindicatos de trabalhadores. Depois de várias reuniões, foi decidido que ia ser feita a primeira ocupação.

Contudo, essa ocupação só se realizou em **1988**, nos dias do Carnaval, quando já haviam grupos organizados em 11 municípios dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Essa ocupação reuniu mais ou menos 300 famílias na **Fazenda Aruega**, de 950 ha, localizada no município de **Novo Cruzeiro**. Essa ocupação possibilitou a mobilização da sociedade civil e religiosa de todo o Estado, em favor da desapropriação da fazenda.

Mesmo com a repressão imposta aos trabalhadores, foi implantado o primeiro assentamento do MST no Estado. As lembranças de Aruega ainda povoam o imaginário de muitos assentados do 1º de Junho. Aquela experiência marcou o rompimento de muitos com parte de suas famílias e com a situação de meeiro. Os enfretamentos foram enormes, mas o sentimento que ficou foi de uma árdua vitória e de uma conquista de todos. Os laços familiares, os compadres e os amigos que lá ficaram são lembrados com carinho.

Hoje, depois de 20 anos, lá residem 34 famílias que moram numa agrovila, que recebeu água canalizada e luz elétrica. Possuem ainda, dois alambiques, uma farinheira, galpão de armazenagem, posto de saúde e posto telefônico. Produzem feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, café, carne, leite, farinha, cachaça, frutas e hortaliças. Além disso, o assentamento possui uma escola de 1ª. à 8ª. série, além do pré-escolar, que beneficia também as pessoas das comunidades vizinhas.

Em outubro do mesmo ano (1988), foi ocupada a **Fazenda Sapézinho**, vizinha da Aruega, por 250 famílias. Apesar de toda a mobilização e da pressão popular, a área não foi conseguida e as famílias foram despejadas oito meses depois. Após o despejo, essas famílias ficaram acampadas em um terreno de um pequeno proprietário, Seu José Valú, durante 6 meses, no município de **Itaipé**.

No final de **1989**, o movimento decidiu ocupar a fazenda **Bela Vista**, em Topásio, distrito do município de **Teófilo Otoni**. Para isso, juntou essas famílias acampadas no terreno de Seu Valú e mais outras excedentes de Aruega. Para essa ocupação, primeiramente foi feito um encontrão em Teófilo Otoni, quando foi preparada a ocupação e decidido o dia. Mesmo assim, essa ocupação trouxe muito sofrimento.

Parte das famílias, alguns excedentes que estavam no Assentamento Aruega e que haviam ocupado **Sapezinho**, nem conseguiu chegar à área, pois foram barrados na BR 116 pela polícia e forçados a seguir viagem e foram parar num lote cedido para esse fim, na comunidade de Lajinha, em Teófilo Otoni.

O grupo que vinha de Itaipé chegou em Bela Vista e, quando acabou de derrubar a carga, percebeu que muitos policiais já estavam à espera. Houve muita luta e conflitos, muita humilhação e agressão por parte dos policiais. Todos apanharam. As poucas coisas que

esses companheiros tinham foram quebradas, sementes perdidas. Muita tristeza.

Esse movimento resultou na prisão de 40 trabalhadores, 6 pessoas feridas a bala, 3 adultos e 3 crianças, inclusive, um trabalhador recebeu um tiro na boca. As crianças, de 3, 4 e 5 anos, amedrontadas, fugiram para o mato e ficaram dias escondidas na braquiária. Os policiais, mesmo se passando como seus pais, não conseguiam tira-las do mato. Após alguns dias, os policiais levaram os pais e, só assim, conseguiram fazer com que as crianças, uma a uma, saíssem da moita. Como lembram alguns companheiros, "*Deu dó de ver*". Essa lembrança marca profundamente a memória de lutas dos Sem-Terra de Minas Gerais.

Da cadeia, os presos foram levados, ainda como presos, para um albergue em Teófilo Otoni, onde ficaram uns 18 dias. Quando presos, os policiais, todos os dias, diziam que queriam que eles voltassem para traz. Como disseram uns companheiros. "*Mas ir para onde? A pior coisa é se sentir sem lugar no mundo!*"

Graças ao Padre Geovane, essas famílias também foram levadas para **Lajinha**, onde permaneceram até outubro de 1992. Essa área era um lote de 600m² e abrigou muitas famílias. As condições eram as piores possíveis. Numa baixada, quando chovia, alagava e os banheiros transbordavam e espalhavam o esgoto por entre os barracos. O banho era difícil. Havia apenas uma torneira, o que impedia qualquer higiene decente. O espaço entre os barracos era mínimo. Crianças

morreram, nessa época, de infecção e atropelamento. Essas condições duraram demais: dois anos e sete meses!!

Além disso, depois do despejo de Bela Vista, o movimento se viu numa situação interna crítica, o que aumentava o sofrimento desses Sem-Terra. *"Nós só num ficou doído, porque nós ficou unido"*.

Sem estrutura e sem condições, outras entidades de "apoio", mediadores externos, extrapolaram essa posição de "apoio" e criticavam em demasia as ações das lideranças, inclusive impuseram condições para continuar a apoiar o movimento. Como lembraram alguns companheiros, às vezes era *"por comida e isso é que mais doía em nós e humilhava"*.

Por outro lado, é nesse momento de auto-estima muito baixa que o movimento se vê diferenciado de seus apoiadores da época, visto que ficou claro que sua perspectiva em termos de organização e forma de luta, era diferente. O sentido da organização coletiva de massa é incorporado e apropriado pelo grupo em seu mais profundo significado. Como uma marca de identidade, não fazia sentido **um líder**, mas lideranças, o conjunto, os grupos, as famílias, cujo valor é imensurável.

Essa consciência foi incorporada pela prática e pelas vivências das famílias, e não por teorizações exóticas. Esse foi um momento que pode ser chamado de encontro com o verdadeiro significado e autonomia identitária do MST em Minas Gerais. Isso se deu em

meio a muito sofrimento e angústia, embates e redefinições, afirmação de diferenças e de afinidades, e afetou a todos, inclusive a relação entre entidades e movimentos, grupos e indivíduos. É na luta que as diferenças e contradições se revelam.

No mesmo ano de ocupação de Bela Vista (1989), o MST decidiu expandir sua atuação para a região Noroeste do Estado. Apesar do trabalho de base de alguns companheiros e das tentativas de articulação, a mobilização nesta região não teve continuidade na época, pois os militantes que ali trabalharam foram presos e duramente reprimidos pela polícia militar, ocorrendo inclusive torturas.

Isso aconteceu em Unai, na noite de término de um encontro Regional do movimento. Quando descansavam, a polícia chegou e deu voz de prisão a todos na casa onde estavam alojados.

Em 1990, depois de uma boa discussão e um estudo mais aprofundado da mobilização nas regiões do Estado, ficou decidido que a região do Triângulo Mineiro seria prioritária para a continuidade das atividades do movimento, uma vez que é uma região de grandes latifúndios e concentração de trabalhadores rurais sem-terra. Contudo, mesmo com duas ocupações feitas, não foi possível a permanência na região, pois, além da repressão que era muito mais forte que em outras regiões, havia grande disputa com outros movimentos. Novamente, as lideranças foram presas na

ocupação da **Fazenda Colorado**, no município de **Iturama**.

É bom deixar claro que as torturas foram violentas, pois talvez muita gente não saiba o que esses bravos companheiros passaram por lá. Apesar de, na época, já terem passado quatro anos do fim da Ditadura Militar, as torturas sobre esses trabalhadores em sua luta pela reforma agrária não deixaram de acontecer.

Nessa época, ao serem presos, tanto homens quanto mulheres sofreram humilhações e violência de todo o tipo. Hoje, ainda cabe denunciar que eles sofreram abusos de ordem física, moral e até sexual. Além de serem muito humilhados, as agressões físicas e psicológicas deixaram marcas e traumas que só a solidariedade e a compreensão dos companheiros ajudam a aliviar. Nenhum deles recebeu qualquer documento oficial do estado desculpando-se por essas violências.

Nas histórias de vida de cada um são comuns relatos de tortura de policiais e jagunços, com tapões nos ouvidos, surra com pneus quentes, torções dos braços até asfixiar e desmaiar o cidadão, abuso das mulheres nos ônibus, quando são levadas para a prisão separadas dos homens. Em Minas, entre os Sem-Terra é emblemático o relato de um dos companheiros, que foi obrigado a comer bolas do próprio cabelo, cortadas com faca por policiais. Outro companheiro foi colocado nu sobre um formigueiro. Um dia, com certeza, essas

agressões serão mais divulgadas e receberão, no mínimo, a indignação e a desaprovação pública da tortura que persistiu e extrapolou o tempo do Regime Militar no Brasil.

As lutas é que construíram esse movimento que soma vitórias, mas também registra o sacrifício de muitos companheiros.

Voltando a contar as ações do movimento, no Vale do Rio Doce, após dois anos e sete meses de acampados em Lajinha, surgia a oportunidade de famílias serem, então, assentadas na **Fazenda Santa Rosa e no Córrego das Posses**, que fica a 9 km de Itaipé. Lá, hoje, 31 famílias possuem casa na Agrovila, com escola, posto de saúde, farinheira, água e luz, e produzem arroz, feijão, milho, mandioca e farinha, café e cana-de-açúcar. Contudo, a fertilidade natural do terreno é extremamente baixa, o que leva os moradores a trabalharem para fazendeiros vizinhos, a fim de complementar a renda familiar, razão por que esse assentamento necessita de atenção especial. Lá também tem, ainda, um grupo de 12 pessoas trabalham coletivamente na produção de cana-de-açúcar e feijão, com a idéia de expandir, futuramente, o café e a mandioca.

Outro grupo de famílias excedentes de Aruega sofreu um pouco mais. Passaram muita falta até que começaram a trabalhar. A andança foi muito difícil. Para esse grupo, que viveu oito anos em Aruega, de

repente, o INCRA decidiu que o melhor era mandá-los para Pedra Azul, para a tal **Fazenda do Craúno**.

Essa proposta de mudança foi uma grande decepção para esse grupo de famílias, porque os técnicos do Incra e da Ruralminas mostraram um lado bom da fazenda para os que foram fazer a visita de reconhecimento. Contudo, quando os caminhões e ônibus levaram as famílias, na hora de descer a carga, é que os companheiros viram que estavam em outra área, de terra ruim, aliás, só tinha pedra e cascavel! Por isso, o grupo recusou a descarregar e prendeu os ônibus e os caminhões, até que o INCRA tomasse alguma providência para retirá-los dali. Acreditavam que, ao descerem a carga, ficariam lá, perdidos e abandonados, naquele buraco, por muito mais tempo.

De acordo com a memória, a cidade mais próxima ficava a mais de 80km. Nesse lugar, o grupo ficou 18 dias dormindo em ônibus. Diferente das outras ocupações, sempre as autoridades colocavam policiais para tirar os Sem-Terra da terra. Dessa vez, colocaram policiais para não os deixar sair daquele buraco cheio de cascavel.

De Pedra Azul (do Craúno), o grupo, finalmente, foi levado até **Itaobim**, na BR 116, onde ficaram também 18 dias. Quando os caminhões e ônibus pararam para o povo beber água, os caminhoneiros despejaram todas as coisas num Posto e foram embora, deixando aquele povo por lá.

Naquele lugar tudo era ruim: água era suja, perto de um lixão e de uma "zona de prostituição". Essas famílias enfrentaram de tudo: fome, brigas e humilhação. Algumas pessoas contam que até se escondiam para chorar e, muitas vezes, pensavam em largar a luta. *"Mas como? O olhar dos Sem-Terrinha tocava fundo no coração. Não posso abandonar esses companheiros aqui."*

Não podiam abandonar a luta porque iriam *"ficar praticamente no meio da rua"*. Por isso continuavam. A polícia rodoviária queria despejar a turma de lá, mas foi argumentado por alguém, na época, que quem tinha colocado o grupo lá tinha sido um capitão de Teófilo Otoni, que ninguém sabia o nome. Até que o grupo decidiu fazer uma campanha nas escolas e explicar a situação. Até que fosse esclarecido o motivo do abandono, os Sem-Terra tinham de dormir com um olho aberto e outro fechado.

Foi então contatado o bispo de Araçuaí, Don Enzo, que chegou na área e se deparou com a mais triste situação, tanto de adultos quanto das crianças. Então ele fez alguns contatos e comprometeu-se a acompanhar a retirada do grupo para outro lugar, o **Ponto do Marambaia**, que ficava na beira do asfalto. Lá, o grupo ficou por quase um ano, mesmo não tendo bem o que comer e beber.

Na época, diferente de hoje, não existiam cestas básicas para os acampados, e as famílias sobreviviam de seu próprio trabalho. Contudo, quando a

pessoas está na luta, vai ficando difícil conseguir um trabalho como diarista, com fazendeiros. Sem acesso à terra, não dava nem para plantar o "de comê".

Na luta, um dia estavam aqui, no amanhã, tinham de ir para outro lugar. Com o tempo, os recursos (sementes, ferramentas, panelas, roupas, agasalhos, tudo) vão acabando e dá aquele desespero. Marambaia durou de **13 janeiro de 1992 a 31 de maio de 1993**. Tempo demais!

Uma triste lembrança desses tempos é a morte de crianças por doenças e atropelamentos. Esses acontecimentos afetavam não só os pais, mas todas as famílias. Unidos pela dor da perda, essas mortes deixavam muito clara a fragilidade da existência desses Sem-Terra e o tamanho do desafio que enfrentaram.

Contudo, sabiam também que assim a situação não poderia continuar. O INCRA teria, mais cedo ou mais tarde, que procurar um lugar para assentar os grupos. Essa certeza é construída nos debates do povo em luta. Só quem viveu momentos como esses é capaz de dar a dimensão da capacidade humana de resistência e persistência num sonho que é alimentado pela necessidade. Os Sem-Terra acampados deixavam claro para a sociedade que as autoridades tinham o dever de fazer alguma coisa. Por isso, foi preciso resistir.

Em 1993, o movimento encontrou a Fazenda Califórnia, em Tumiritinga, que já estava em processo

de desapropriação. Um grupo de 60 famílias saiu do Ponto do Marambaia, com mais 11 famílias que tinham ido para Santa Rosa. Da região do Jequitinhonha, pelo Mucuri, chegaram a Governador Valadares no Vale do Rio Doce. Na carroceria de caminhões, chegaram de manhãzinha no Limeira, um local da Fazenda Califórnia.

Do início da luta como ocupação até chegar em Tumiritinga, passaram-se sete longos anos!

A ocupação da Fazenda Califórnia

No dia **Primeiro de Junho de 1993**, numa linda manhã de sol, por volta das seis horas da manhã, cerca de 150 pessoas, movidas pelo desejo de uma vida digna, ocuparam a Fazenda Califórnia.

Quando chegaram ao local, em frente ao túnel do Limeira, tiveram que descarregar rápido os caminhões que ficaram lá na estrada, pois o túnel era estreito e não dava para passar com a carga. Homens, mulheres e crianças tiveram que carregar todas as bagagens nas costas. Cansados, mas muito animados, pois tinham um objetivo a cumprir: a conquista da terra para trabalhar. Para alguns, essa era a chagada na **terra prometida**, pois teve gente que fez até promessa pra conseguir se manter na luta, diante dos momentos mais difíceis.

Alguns começaram a fazer seus barracos e outros, a roçar. Trouxas de roupa, crianças, sacos com

algum mantimento, lonas, ferramentas, coração batendo forte.... e aos poucos, foi surgindo o acampamento.

Mais tarde, chegaram famílias de Tumiritinga para a ocupação, além de outras pessoas que apoiavam o movimento. Vieram também o Gilmar Mauro, que era membro da direção nacional; o advogado Padilha, do sindicato de Marilaque; TV Minas; Chico Ferramenta, Fassarella, Padre Antônio, Frei Édson, Eliza Consta Rosberi, Joaquim, Édson (Repolho); gente da CUT; e também o cinegrafista Fejol, que registrou todos os acontecimentos desses momentos iniciais, como assembléias, missas, pessoas fazendo barracos...

A primeira assembléia foi já no primeiro dia, quando foram feitos os encaminhamentos necessários e tiradas as comissões de saúde, segurança, alimentação, roupas e comissão central. As famílias ficaram no Limeira, lutando para conseguir uma moradia certa.

Foi feito um curso de formação de base muito importante, no qual eram empregadas prática e teoria. Este curso foi feito por Medeiros, Gilmar e Pizêta.

A organização da produção

Após a ocupação da Fazenda Califórnia, foram criadas comissões e 4 grupos de resistência que são entendidos como focos de organização. Essa foi a

primeira experiência de organização da produção e teve início já no dia primeiro de julho de 1993. Esses grupos tinham de fazer ajustes, trabalhos, discutir política. No dia-a-dia, tinham objetivo de fazer a "consciência coletiva" enquanto estivessem na fase de conquista de terras.

Logo que as famílias chegaram ao Acampamento, esses grupos de resistência tinham a função de produzir alimentos para subsistência. De cada grupo saía um coordenador, que participava da Comissão Central. Cada grupo era composto por doze famílias. Após a colheita, a coordenação dos grupos reunia-se para discutir como seria a divisão da produção, que era feita por dia trabalhado. Eram produzidos feijão, arroz, milho, mandioca, banana, hortaliças, etc.

Assim, em agosto de 1993, foram criados quatro grupos de trabalho e, em março de 1994, teve início o processo de criação de um grupo coletivo com quase 60 famílias. Um grupo de Tumiritinga resolveu sair desse assentamento e constituir um outro em separado e que ficou com o nome de Assentamento Cachoeirinha.

Em março de 1996, aconteceu a legitimação de posse de 82 famílias no Assentamento 1º de Junho.

De 1995 a 1997, a experiência de trabalho coletivo de algumas famílias permitiu entender a necessidade de criar uma cooperativa. Para isso, foram vários os cursos, reuniões e visitas a outros assentamentos que já tinham experiência com cooperativa. Em maio de 1997, quando do

parcelamento, foi criada outra associação para as famílias que desejavam lotes individuais e não queriam participar da cooperativa.

Essa história é um exemplo de como a reforma agrária não se encerra quando acontece a conquista da terra. Para aqueles que querem e constroem uma outra sociedade, os desafios são postos todos os dias. O novo nunca está pronto. A persistência torna-se uma marca registrada na capacidade de lutas e nos valores dos Sem-Terra.

A ASCA

Após a conquista da terra, foi dado um segundo passo na organização das famílias. Em 20 de maio de 1994, a partir de um curso de formação, foi criada a Associação de Cooperação Agrícola Primeiro de Junho (ASCA), que tinha como objetivo unificar as famílias do assentamento, conseguir aprovação de pequenos projetos e organizar a produção no acampamento.

Sua primeira diretoria era composta por Tião Preto, Benedito, José Natalino, Manoel Borges, Tião Peixim, Roberto e mais um pessoal da saúde, que resolvia problemas na comunidade.

Essa foi a primeira experiência de cooperação agrícola que deu origem ao grupo dos coletivos com participação de mais ou menos 60 famílias que exerciam o trabalho de forma coletiva. Esses homens e

mulheres contaram apenas com apoio interno, que dava as linhas internas da organização, da produção, etc.

Contudo, essa forma de trabalho coletivo não atingiu todas as famílias e algumas não aderiram. Assim, metade dos companheiros ficou mobilizada na forma individual de administrar a produção de seu lote com sua família. Com o passar do tempo, esses companheiros não se sentiram contemplados com a proposta da ASCA e decidiram criar uma organização própria chamada APIFIC (Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia). Assim, a ASCA, que surgiu para atender a todas as famílias do assentamento, passou a atender apenas ao grupo coletivo.

História da COOPERNOVA

Após três anos de experiência na organização do trabalho coletivo, surgiu a Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte (COOPERNOVA). Em 1994, esteve no assentamento a Irmã Brunetto, que, durante todo um mês, executou um prolongado curso de formação política e de conhecimento de diversas formas de cooperação, dos princípios do cooperativismo e das questões práticas de como organizar uma cooperativa. A Irmã trouxe consigo

muita bagagem prática, vivenciada em sua cooperativa em Dionísio Cerqueira, Santa Catarina.

Além do seu conhecimento teórico, no final do curso, que funcionou como um laboratório, surgiu o grupo coletivo, inicialmente com 22 famílias. Das mais de 80 famílias que participaram desse curso, respeitando o princípio da livre adesão, somente 22 aderiram à cooperação nessa época.

Durante toda sua existência, esse grupo de coletivos viveu momentos de altos e baixos, pois iniciou com 22, passou para 28, passou para 22 novamente e, após um ano de existência, conseguiu aumentar para 39 famílias.

Em 1995, foi realizado um seminário com membros desse grupo e todos os assentados simpáticos ao trabalho coletivo. Nesse seminário, estava presente o companheiro Francisco Dallquiavon (o Chicão), hoje presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Ele veio com o objetivo de discutir a organização do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e, principalmente, uma estrutura orgânica para o grupo, que fosse uma experiência para futura organização cooperativa.

No final do seminário, ficou decidido que o grupo de coletivos iria criar uma cooperativa, pois entendiam que estavam com um mínimo de condições objetivas e favoráveis para sua criação. O grupo fez um regimento

interno, tirou uma coordenação e dividiu-se em setores de produção.

Na época, foram escolhidas duas pessoas para visitarem experiências em cooperativas no Sul do país. Em fevereiro de **1996**, Tião Preto e Armando foram conhecer a Cooper União, Cooptar e Coanol. No regresso, iniciaram uma discussão interna sobre as experiências.

Depois desses debates, houve novas integrações de sócios, chegando a 42 famílias que assumiram o princípio de coletivização das terras e a divisão dos trabalhos por setores.

No período de primeiro de novembro a dez de dezembro de 1996, foi realizada um oficina para discussão teórica e trabalho prático sobre os princípios de cooperação no MST. Estudamos história do cooperativismo no Brasil e como organizar uma Cooperativa de Produção Agropecuária. No final desses 40 dias, estava constituída a COOPERNOVA. O desafio seguinte foi legalizá-la e fazer funcionar, na prática, toda sua estrutura.

Durante um ano, seu funcionamento foi informal e, só em novembro de 1997 a cooperativa foi registrada, quando foi eleita sua primeira diretoria legal, que terminou seu primeiro mandato em novembro do ano de 2000. A COOPERNOVA já teve 4 diretorias.

Em 2005, teve início outro processo de mudança que resultou na saída de 14 famílias. Esse processo demandou muitas outras decisões, que somente o

diálogo franco, crítico e sincero permitiu chegar a conclusões, talvez não ideais, mas possíveis. Toda organização exige compreensão e toda reorganização também. Com certeza, ninguém, que tem coragem de viver experiências desafiadoras como essas, sai do mesmo jeito que entrou. Todos aprendem, tornam-se ainda mais maduros e mais cidadãos conscientes de seus direitos e de seus deveres.

A COOPERNOVA é uma lição de vida para todos que dela participam ou participaram. Ela exige muita dedicação dos cooperados. Esse é um desafio de todos que tem coragem e estão dispostos a novas e constantes aprendizagens.

O grupo desistente, ou dissidente, recebeu seus lotes individuais em 2006 e até o momento de redação deste livro estavam buscando se reestruturar e iniciar uma outra forma de produção e vida. Deles, talvez, poderá surgir outra forma de organização, pois adquiriram experiência na condução de reuniões e capacidade de debate e articulação.

Histórico da APIFIC

Em 18 de maio de 1997, foi criada a Associação de Produtores Individuais da Fazenda Califórnia (APIFIC), porque 42 famílias se separaram da ASCA durante o processo de parcelamento e de definição dos

lotes. Essas famílias acharam por bem fazer uma associação em separado, para obterem aprovação de projetos e recursos. Até hoje, 2008, a APIFIC continua com as 42 famílias.

Desde sua criação, uma idéia foi muito discutida: que cada associado deveria procurar não misturar forma de trabalho com amizade, pois vários seriam os tipos de organização necessários para resolver os diversos problemas que poderiam surgir no assentamento. Com isso, o grupo pretendia manter um bom relacionamento com os companheiros de assentamento.

Com a criação da APIFIC, as famílias que dela fazem parte iniciaram os trabalhos em seus lotes, onde trabalhavam os membros da família ou, às vezes, com algum vizinho companheiro. Essas famílias acreditam que, nessa associação, elas têm mais liberdade para decidir a hora de plantar e em que trabalhar.

A primeira diretoria teve mandato de um ano e foi composta por Itamar (presidente). Antônio Nunes (vice), Neudimar, Manoel Duarte, José Teixeira Alves, Benedito, Juscelina, Zacarias, José Isidoro, Dionísio e outros. Depois de um ano, houve nova eleição e foram mantidas várias pessoas da diretoria anterior.

Algumas pessoas e familiares que participavam da Coopernova, com o tempo, mudaram para o grupo que constituiu a APIFIC, sendo que o inverso nunca aconteceu. O sistema de funcionamento dessa associação é diferente do sistema de uma cooperativa.

De acordo com a diretoria de 2006, ela se reúne em alguns momentos para tomar decisões que envolvem a todos.

Grupo de mulheres ARTE VIVA

Em 2004 algumas mulheres do assentamento começaram a se reunir para aprender ou fazer artesanato. Desde então, elas têm se colocado o desafio de descobrir o que podem fazer para conseguirem algum dinheiro com os produtos de atividades prazerosas, como costura, bordado, balainhos e até produção de doces e biscoitos.

O grupo já tem máquinas de costura e uma salinha. Tudo indica que ele tende a caminhar. Como tudo que já viveram, a persistência é o que garantirá a certeza de que as mulheres são capazes de fazer, unidas, muita coisa legal para suas famílias.

Uma nova Organicidade no MST

Desde o início de 2006, o MST retoma seu trabalho junto às bases nos assentamentos. O Primeiro de Junho conta, hoje, com sete Núcleos de Famílias. Como disseram as lideranças em assembléia, esses núcleos foram criados para participação não só de "pai e mãe" das famílias, mas de todos os seus membros,

jovens inclusive, por serem eles muito importantes para o futuro do assentamento.

Para agilizar as mobilizações, esses núcleos estão localizados em duas áreas: no Limeira e na Agrovila.

Nessa chamada nova organicidade do MST, esses núcleos compõem a **Brigada Tia Lora**, da qual também fazem parte os companheiros dos assentamentos Terra Prometida, Liberdade e Barro Azul.

História da Educação no Assentamento

A educação no assentamento Primeiro de Junho teve início lá no Limeirão, no curral, em 1994, quando a área era ainda a Fazenda Califórnia. As atividades começaram com a alfabetização de jovens e adultos e 1ª à 4ª série, com os seguintes professores voluntários: Jucelina, Marlucia, Zilda, José Almir, Isaías, Silvano, Edinei e Claudinho.

Enquanto funcionavam as turmas voluntárias, era iniciada uma luta para conseguir uma escola estadual. Os companheiros foram até a prefeitura para conseguir o projeto da escola. Foi feita uma manifestação em frente à Delegacia de ensino de Governador Valadares, para reivindicar o direito à escola. Depois de um ano de luta, a escola foi conquistada em 1995.

Os Sem-Terra começaram a estudar em um galpão que tinha sido um galinheiro na antiga fazenda, onde funcionavam as turmas de 1ª à 4ª série e a alfabetização de jovens adultos. Nesse galpão era comum o aparecimento de escorpiões que ficavam escondidos nas madeiras comidas por cupins. O prézinho funcionava em um cômodo separado, que foi construído ao lado do galpão.

No ano de 2000, esse galpão desabou por causa de chuvas fortes e porque os cupins haviam comido toda sua estrutura. Como conta a turma do EJA:

"Depois da queda começamos a estudar na sede da fazenda, mas, por alguns motivos, não permanecemos lá muito tempo. Saímos, então para estudar no cômodo que construímos. Enquanto estudávamos continuamos reivindicando o prédio escolar. Fomos a Belo Horizonte várias vezes e fizemos manifestações, junto ao governador, reivindicando o direito ao prédio escolar. Fomos até a prefeitura, mas o secretário não aprovou o projeto que um estagiário da UFV tinha feito para nós. Disse que era muito caro pois: 'se nem o município pode ter uma escola assim, como é que os assentados podem querer?'

Mas continuamos lutando até que, no ano de 2002, o Governador Itamar aprovou um projeto diferente do original, mas muito bom. A construção da Escola Estadual Primeiro de Junho começou com verba administrada pela Prefeitura e foi inaugurada no dia 23 de janeiro de 2004.

Foi uma luta muito grande, mas conseguimos conquistar a nossa escola estadual. Hoje, nós temos a escola de 1ª a 4ª séries, temos pré-zinho, alfabetização de jovens e adultos e 5ª a 8ª séries. Estamos muito contentes.

Lutar vale a pena, pois ficar parado não se consegue nada e nunca."

Mensagem final

Depois de todos esses anos, podemos dizer que essa história, escrita pelos pés e mãos de pessoas diferentes e que resolveram dar um rumo digno a suas vidas, é um exemplo de como toda conquista exige vontade de aceitar os desafios e maturidade para enfrentar as dificuldades. Segue, assim, um texto que acreditamos poder ser dito por qualquer morador do Primeiro de Junho.

Cada pessoa que passou pelo assentamento deixou gravado seu nome em um capítulo determinado na memória de seus companheiros e nunca deixará de ser lembrado nos livros que contam as passagens desse povo de luta, que são os agricultores Sem-Terra do Brasil.

Alguns se tornaram inesquecíveis e estarão sempre presentes, porque ajudaram a construir essa história: Valdomiro, Manoel Costa, José Paulo,

Teodoro, Júlia Celestina, Pedro Cardoso, João Nero, D. Joana, Antônio Duarte, Licindo, Carlos Júnior e Tia Lora.

Da mesma forma, merecem homenagem, aqui, as crianças que faleceram quando estávamos resistindo pela sobrevivência, ainda no latifúndio ou debaixo de lona preta na luta pela terra e dignidade.

Entregamos as nossas conquistas a esses filhos que não pudemos criar, por causa da opressão e da miséria, por causa da falta de estrutura e de direitos, como boa água, boa comida, educação e moradia descente. Estejam onde estiverem, com certeza, olham com orgulho para todos nós.

A terra conquistada permite plantar e colher, colocar comida na mesa, educar nossos filhos e garantir dignidade a muitos trabalhadores de nosso país. Sabemos que nosso assentamento é a realização do sonho de muitos que ainda lutam pela conquista de sua terrinha.

Aqui, nossos filhos têm oportunidades de formação e trabalho que nunca teriam se tivéssemos nos mantidos no latifúndio ou sob o poder do capital. O resultado da luta é visível. O assentamento tem 15 anos de luta. Juntos, realizamos conquistas, mesmo que, às vezes, amargamos derrotas, sempre assumimos os desafios. Essas experiências superadas foram compartilhadas e compõem nossa história, com a qual, depressa ou devagar, ajudamos a construir outra sociedade, mais justa e mais fraterna.



Uma mulher de coragem - Tia Lora

Uma companheira, que veio de Lajinha e adotou esse povo como sua família. Passou por muitos lugares. O tamanho das terras conquistadas na luta não comportava todos que ali estavam. Por isso, apesar a idade, adia seu sonho, mas não desistia. Sempre junto na luta, veio realizar seu propósito na Fazenda Califórnia.

Apesar dos traços do tempo marcados em seu rosto, não inquietou com a terra. Queria mudar a situação das desigualdades do país. No assentamento, era presença constante na vida organizativa.

Em 1996, ficou conhecida nacionalmente e tornou-se referência estadual como sinônimo de força, garra e coragem, pois, com seus mais de 70 anos, marchou até Belo Horizonte. Em nenhum momento, deixava o cansaço falar mais forte do que o desejo de colocar a reforma agrária em marcha.

No assentamento, deixou raízes firmes; no movimento, também, tanto que sempre dizia: "o MST é o futuro do Brasil".

Essa mulher foi guerreira, ao construir sua história junto com seus companheiros. Essa mulher foi Tia Lora, que, quando via uma bandeira vermelha tremulando, ao ser fincada num latifúndio ou nas mobilizações, seu coração batia forte e com alegria. Essa mulher deu sua vida em nome dessa causa, que é de todos os Sem-Terra do Brasil.

*(Texto da mística apresentada na
Assembléia Geral de 2006
no Assentamento Primeiro de Junho)*

Pra soletrar a liberdade

Zé Pinto

Tem que estar fora de moda
Criança fora da escola, pois há tempo
não vigora o direito de aprender.
Criança e Adolescente numa educação
Decente pra um novo jeito de ser
Pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC.

Ter uma escola em cada canto do Brasil
Com um novo jeito de educar pra ser feliz
Tem tanta gente sem-direito de estudar
É o que nos mostrar a realidade do país.

Juntar as forças, segurar de mão em mão,
Numa corrente em prol da educação
Se o aprendizado for além do Ba a Ba,
Todo menino vai poder ser cidadão.

Alternativa pra empregar conhecimento
O movimento já mostrou para a nação
Desafiando dentro dos assentamentos
Reforma Agrária também na Educação.